

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

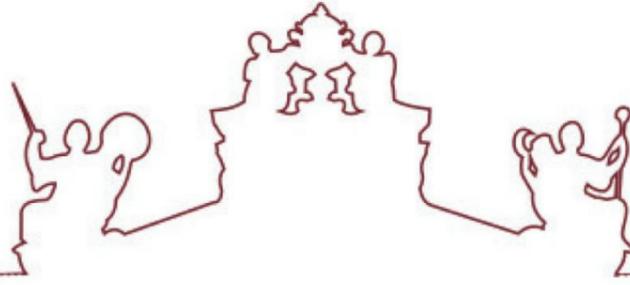
Trabalho de Projeto

O lago de Alqueva e a aldeia da Estrela. Proposta de uma biblioteca flutuante.

Carlos Miguel Balão Bonito Fernandes

Orientador(es) | João Manuel Barros de Matos

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

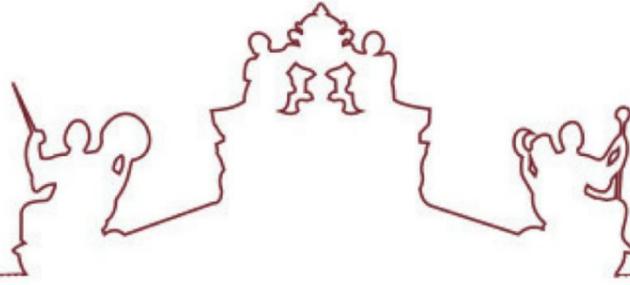
Trabalho de Projeto

O lago de Alqueva e a aldeia da Estrela. Proposta de uma biblioteca flutuante.

Carlos Miguel Balão Bonito Fernandes

Orientador(es) | João Manuel Barros de Matos

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

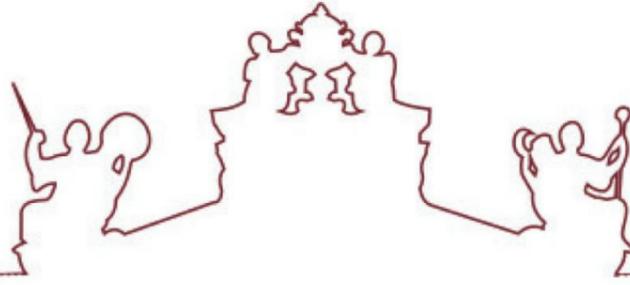
Trabalho de Projeto

O lago de Alqueva e a aldeia da Estrela. Proposta de uma biblioteca flutuante.

Carlos Miguel Balão Bonito Fernandes

Orientador(es) | João Manuel Barros de Matos

Évora 2020



O trabalho de projeto foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | Maria da Conceição Marques Freire (Universidade de Évora)

Vogais | João Manuel Barros de Matos (Universidade de Évora) (Orientador)
Pedro Pacheco (Universidade de Évora) (Arguente)

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram na realização deste trabalho, ao Professor e Arquiteto João Matos, orientador desta dissertação, pela ajuda e partilha do seu conhecimento que me acompanhou. Aos amigos que me incentivaram e entusiasmaram no decorrer deste percurso.

À minha mãe.

INDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	05
INDICE GERAL	07
RESUMO / ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO	10
Problemática	10
Objectivos	11
Estado da Arte	12
Metodologia	13
1. O LAGO DE ALQUEVA E A ALDEIA DA ESTRELA	16
1.1 Ocupação do solo	17
1.2 Sistema hídrico	23
1.3 Enquadramento histórico	31
1.4 Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva	34
1.5 Plano de Pormenor da aldeia da Estrela	36
2. CASOS DE ESTUDO	40
2.1 <i>Barge for American Wind Symphony Orchestra</i> , Pensilvânia, 1976	42
2.2 <i>Teatro del Mondo</i> na Bienal de Veneza, 1979/80	47
2.3 <i>The Monolith</i> na Expo em Morat, 2002	52
2.4 Resumo	57
3. PROPOSTA DE UMA BIBLIOTECA FLUTUANTE	58
3.1 Implantação	59
3.2 Estratégia	62
3.3 Percurso	64
3.4 Relação com a paisagem	66
3.5 Programa	68
3.6 Plantas Gerais	70
3.7 Cortes Gerais	74
3.8 Materialidade	76
3.9 Maquetes	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
BIBLIOGRAFIA	86
INDICE ICONOGRÁFICO	88

RESUMO

O LAGO DE ALQUEVA E A ALDEIA DA ESTRELA. PROPOSTA DE UMA BIBLIOTECA FLUTUANTE

Este projeto tem como finalidade desenvolver uma ideia projetual que contribua para as necessidades atuais das populações na região do lago de Alqueva. Deste modo, pretende-se uma resposta através de um programa de arquitetura flutuante sobre o lago.

O trabalho desenvolve-se em três momentos: o primeiro através de um processo de análise e interpretação da situação geográfica da Estrela. Num segundo momento, a análise e interpretação gráfica dos casos de estudo escolhidos, necessários para conhecer o diálogo de outros exemplos de arquitetura em situações semelhantes, para que se possa compreender e materializar numa proposta de projeto de arquitetura.

E por fim, a Proposta de uma biblioteca flutuante que surge como hipótese projetual e forma de reflexão, materializa os conteúdos previamente abordados através de um lugar expectante, de caráter flutuante, público e itinerante que possa vir a contribuir para a caracterização de toda a paisagem do território do lago de Alqueva.

Palavras-Chave: Território; Paisagem; Biblioteca; Flutuante; Itinerante.

ABSTRACT

THE LAKE OF ALQUEVA AND THE VILLAGE OF ESTRELA. PROPOSAL FOR AN FLOATING LIBRARY

This project aims to develop a project idea that contributes to the current needs of the populations in the Alqueva lake region. That way, a response is intended through a architecture floating program on the lake.

The work is developed in three moments: the first one, through a process of analysis and interpretations of the geographical situation of the village of Estrela. In a second moment, the analysis and graphic interpretation of the chosen case studies, necessary to know the dialogue of other architectural examples in similar situations, so that it can be understood and materialized in an architectural project proposal.

Finally the Proposal for a floating library emerges as a project hypothesis and reflection, which materializes the previously approached contents, through an expectant place, floating, public and itinerant that may contribute to the characterization of the entire landscape of the territory of Alqueva lake.

Key-words: Territory; Landscape; Library; Floating; Itinerant.

INTRODUÇÃO

Problemática:

Na presente investigação o objeto de trabalho é a aldeia da Estrela no território do lago de Alqueva, perante o enchimento do lago em 2002 no Alentejo surgem diversas necessidades, nomeadamente relacionadas com a paisagem do território, ligações, modos de vida e modelos sociais das populações. Fundamentalmente, é necessário analisar a situação geográfica da aldeia da Estrela com uma afinidade especial com o lago devido à sua grande proximidade, porém, considerar as grandes proporções que o lago toma no território.

Para analisar este caso específico da aldeia, é necessário conhecer o diálogo de outros exemplos de arquitetura em situações semelhantes ou próximas, para que se possa compreender e materializar um lugar expectante de maneira a contribuir para a caracterização de toda a paisagem do território, contudo, a meu ver, estimulante para o povo e arquitetura, podendo alcançar diferentes localizações.

Objetivos:

Após a mudança da paisagem nas aldeias da área de regolho do Alqueva, o lago truncou grande parte das ligações entre aglomerados urbanos. Porquê construir sobre terra um novo projeto, quando se está a abordar uma aldeia de pequenas dimensões, considerando o vasto espaço livre sobre o lago?

De que forma, introduzir um novo programa de arquitetura flutuante sobre o lago, poderá potenciar a relação do lago com a aldeia da Estrela?

O presente trabalho introduz a temática do lago de Alqueva com o principal objetivo de contribuir e valorizar a paisagem do seu território. As aldeias na região da área de regolho do lago encontram-se visivelmente desconexas pela água. Estudar a situação geográfica particular da aldeia da Estrela e propôr uma intervenção de arquitetura com base nas diversas necessidades que surgem ao enchimento do lago, tendo em conta como objetivo secundário procurar uma resposta às questões anteriormente lançadas.

Pretende-se através de um processo de análise e interpretação gráfica dos casos de estudo escolhidos, desenvolver uma proposta de arquitetura que contribua para as necessidades atuais da população. Atribuir uma nova proposta de uma biblioteca flutuante com a capacidade itinerante, atracada na ilha Sul de maiores proporções na extremidade da península da aldeia ao novo ancoradouro da Estrela, que vem possibilitar o acesso e utilização do espaço da ilha coberto de vegetação.

Estado da arte:

No que se refere ao estado da arte, na bibliografia específica do tema do lago de Alqueva, surge o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva (POAAP), aprovado pela resolução do Conselho de Ministros no 95/2002, 13 de Maio. Define a localização de usos preferenciais em função dos respetivos regimes de gestão e Planta de condicionantes, elaborada à escala de 1: 25 000, que assinala as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor. Em 2013, o livro Alqueva - Paisagem como tema, de Ana Túlio, Ana Santos et al. (estudantes da Universidade de Évora).

Na bibliografia relacionada especificamente com o lugar da aldeia da Estrela, para uma melhor compreensão do contexto do lugar, em 1997, o Plano de Desenvolvimento Turístico da Zona de Intervenção do EFMA (Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva). Com objetivos de incentivar a criação de alojamento turístico, o plano acredita nas condições da aldeia da Estrela numa vertente turística, onde verifica uma proposta ao incentivo da criação de infraestruturas de apoio aos desportos náuticos, com o centro náutico, cais flutuante, ainda a criação de um parque de lazer com condições de estacionamento e um pequeno núcleo de residências secundárias. Também a proposta de um Plano de Qualificação Urbana e Ambiental, Roteiro das Aldeias Ribeirinhas, no qual são propostos três percursos organizados pelas várias aldeias na área de regolfo que ligam os concelhos de Moura, Serpa e Mourão. Num dos percursos, o número dois, com uma duração de cinco horas (145 km) que se inicia à saída para Beja pela estrada IP8 (EN260) o visitante segue em direção a Serpa, depois com destino a Moura (EM 386) seguindo até Póvoa de São Miguel e logo a Aldeia da Estrela. Posteriormente, a necessidade de alteração do Plano Diretor Municipal de Moura em 2010, na adaptação e incorporação das orientações e diretrizes do modelo territorial e normas orientadoras do PDMM com a entrada em vigor do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), que assume as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento regional do Alentejo. Os objetivos do PDMMA centram-se no desenvolvimento económico, social e cultural do concelho através da utilização dos recursos do território, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações e promovendo a boa gestão dos recursos do território que salvaguarde os seus valores, compatíveis com a ocupação, uso do solo e futuras transformações. Em Fevereiro de 2012 a proposta de Plano de Pormenor da aldeia da Estrela, da responsabilidade, EDIA/GESTALQUEVA e da Câmara Municipal de Moura. Ainda, o livro Aldeia da Estrela: sociologia e arquitectura ao serviço de uma população, de Rodrigo Rosa, Manuel Graça Dias e José Vieira Egas, em 2015. Nas fontes relacionadas com a aldeia da Estrela existem dois trabalhos académicos, um primeiro trabalho desenvolvido, no ano de 2009, intitula-se Aldeia da Estrela. Adaptação à nova condição. Aborda os problemas gerados pela construção da Barragem em aglomerados do regolfo deste território. Particularmente a reflexão do futuro da aldeia. O outro trabalho académico, realizado em 2006, A nova realidade das margens do Alqueva. Um mergulho na aldeia da Estrela. As margens enquanto faixa interníveis. A autora procura perceber a atual configuração das margens do Alqueva. Aborda a margem enquanto limiar que separa a questão psicológica associadas à memória das Aldeias Ribeirinhas daquilo que é o plano de água. Sob o ponto de auxílio conceptual para definir a presença do lugar. Esta condição surge como uma hipótese de projeto e como forma de refletir. A autora vem a desenvolver um programa de carácter lúdico, espaço público de banhos para a aldeia da Estrela.

No que diz respeito aos casos de estudo, foi feita uma escolha que se reflete não só pela aproximação ao carácter flutuante pretendido, mas também pela sua forma de estar e relação com o próprio contexto. Desde modo foram escolhidos três exemplos de referência, no Bicentenário Americano de 1976 em Pittsburgh (EUA), Barge for American Wind Symphony Orchestra, do arquiteto Louis Kahn; na Bienal de Veneza (Itália) de 1979/80, O Teatro del Mondo, do arquiteto Aldo Rossi; na Expo de Morat (Suíça) de 2002, o Monolith, do arquiteto Jean Nouvel.

Metodologia:

O presente trabalho de projeto desenvolve-se em três momentos: um momento inicial de pesquisa contínua (observação *in situ*) que assenta no trabalho de investigação, interpretação crítica e criação arquitetónica, de forma a identificar e compreendendo a situação fundamental *in loco* e incluindo a realização dos levantamentos necessários.

O segundo momento implica a recolha de toda a informação possível: pesquisa em bibliotecas, bases de dados, Câmara Municipal de Moura, levantamento da informação estatística dos últimos recenseamentos gerais junto da população (INE), documentários, fotografias, entre outros).

No terceiro e último momento realiza-se a análise crítica com a descrição do processo de sintetização de toda informação recolhida; produção de elementos gráficos; ocupação do solo; sistema hídrico; enquadramento histórico; comparação e os casos de estudo semelhantes. Neste ponto procura-se validar a posição perante o problema; formulação de uma estratégia de intervenção e de possíveis programas arquitetónicos a resolver na prática. A proposta de projeto prática, através dos conhecimentos adquiridos no momento inicial de investigação obtendo respostas aos problemas encontrados. (Produção de um documento síntese de toda a investigação e de elementos gráficos de representação da proposta de projeto).



1. O LAGO DE ALQUEVA E A ALDEIA DA ESTRELA

Neste momento inicial pretende-se apresentar o território da aldeia da Estrela através dos elementos gráficos, referências sociais, culturais, económicas, entre outros, para uma melhor compreensão da atual paisagem e percepção do lugar.



002. Vista aérea anterior ao enchimento do lago de Alqueva. Aldeia da Estrela.

⁰¹ Ana Túlio, Santos et al. Alqueva, Paisagem como tema. Universidade de Évora, Departamento de Arquitetura 2013.

⁰² Denise de Brum Ferreira. Evolução da paisagem de montado no Alentejo interior ao longo do século XX: dinâmica e incidências ambientais. Finisterra, Lisboa, XXXVI, 72, 2001, pp.179-193.

1.1 Ocupação do solo

O rio Guadiana marcou o território há cerca de 5000 anos, atraiu dinâmicas de ocupação que se evidenciam impressas dos processos de ocupação e ação do Homem. Durante séculos a ocupação romana, a organização regional foi-se adaptando em relação à capital da província da Lusitânia, Emerita Augusta (Mérida).⁰¹

No interior do Alentejo várias vagas erosivas entraram e transformaram a paisagem de montado, o clima regional possui duas estações desfavoráveis à produção vegetal, a precipitação é muito variável, o Verão quente e seco e o Inverno húmido e frio que caracteriza o tipo de vegetação. Num sistema estruturado pelas pastagens, cobertura arbórea, culturas extensivas que e baseiam nos cereais, pousios de duração variável (entre dois a dez anos) dando origem periodicamente a um estrato herbáceo que servem de pasto aos animais. A paisagem predominante é o montado, sistema agrícola associado a um povoamento rural concentrado em montes e aldeias compactas, uma imagem que origina várias unidades de paisagem marcadas por uma elevada diversidade em função da ocupação do solo.

O ano de 1899 marca com o desmantelamento da charneca para a criação de novos montados e o alastramento das terras de culturas e de pasto em sob-coberto na região. Posteriormente com a Lei dos Cereais de Elvino Brito em 1918 é marcada como uma temporada de transformação acelerada do Alentejo, com o recurso intensivo a queimadas contribuiu para uma maior degradação dos solos e da paisagem de montado. O desenvolvimento da irrigação em 1930 ocasiona um coberto vegetal dominado por Sobreiros e os Pinheiros-mansos, por Azinheiras, Estevas e ainda as Culturas Arvenses de Sequeiro em regime extensivo sofrem um acréscimo significativo. Na Silvicultura também é verificado um também grande aumento. Num espaço de vinte anos, o momento da “Campanha do Trigo”, levou à expansão dos olivais onde a “Campanha do trigo” é incitada pelos meios de propaganda da época em querer transformar o Alentejo no celeiro de Portugal entre 1929 e 1938. No caso específico da região de Moura, detém a maior mancha contínua entre o final do século XIX e os anos de 1960 que vieram marcar uma profunda mudança socioeconómica e demográfica em todo o País, acelerando o abandono das actividades agrícolas e despovoamento das regiões rurais.⁰²

O resultado da aplicação da Lei dos Cereais de Elvino de Brito levou ao recurso intenso de queimadas que marca uma temporada inicial em que a erosão do solo deve ter sido mais acentuada e uma segunda fase de colonização ainda mais intensa e acelerada transformação do uso da sua estrutura de montado.

De uma forma geral, os solos de Portugal Continental segundo António Ferreira, *Caracterização de Portugal Continental*, são solos jovens e pouco desenvolvidos na categoria de Luvisolos, um tipo de solo que se caracteriza pela presença de um horizonte de acumulação de argila a determinada profundidade como nas terras mediterrânicas do Alentejo, entre Beja e Portalegre. Vales rochosos dão lugar a cinco concelhos, Barrancos, Mértola, Moura, Mourão e Serpa com a grande variedade de rochas, no entanto, na área de estudo Aldeia da Estrela predomina os xistos.⁰⁴

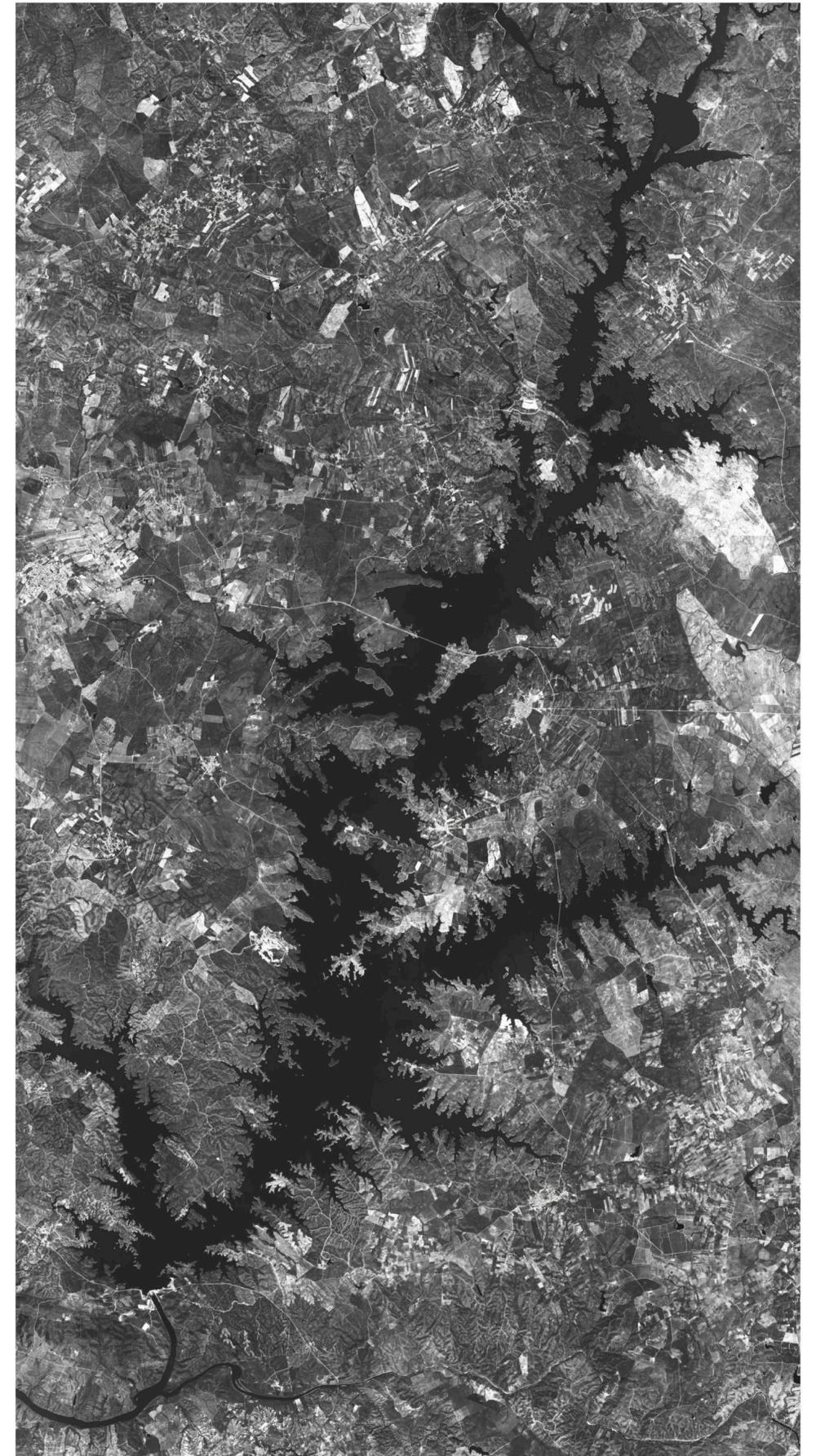
O deslumbre de uma paisagem de largos horizontes onde o coberto vegetal é dominado por espécies como o Sobreiro, o Pinheiro-manso, as Azinheiras e também as Estevas, culturas arvenses de sequeiro em regime extensivo que marcam o território, mas o olival em particular nos últimos anos sofreu um acréscimo significativo. As boas condições para o olival (invernos mais frios e solos fundos com calcários pouco compactos), permitem a sua crescente prática, segundo o Instituto Nacional de Estatística,⁰⁵ a região do Alentejo é maior produtora de azeitona no território Português, o uso da agricultura no Alentejo organiza-se em áreas destinadas ao cereal, pecuária, pousio, olival e montado.



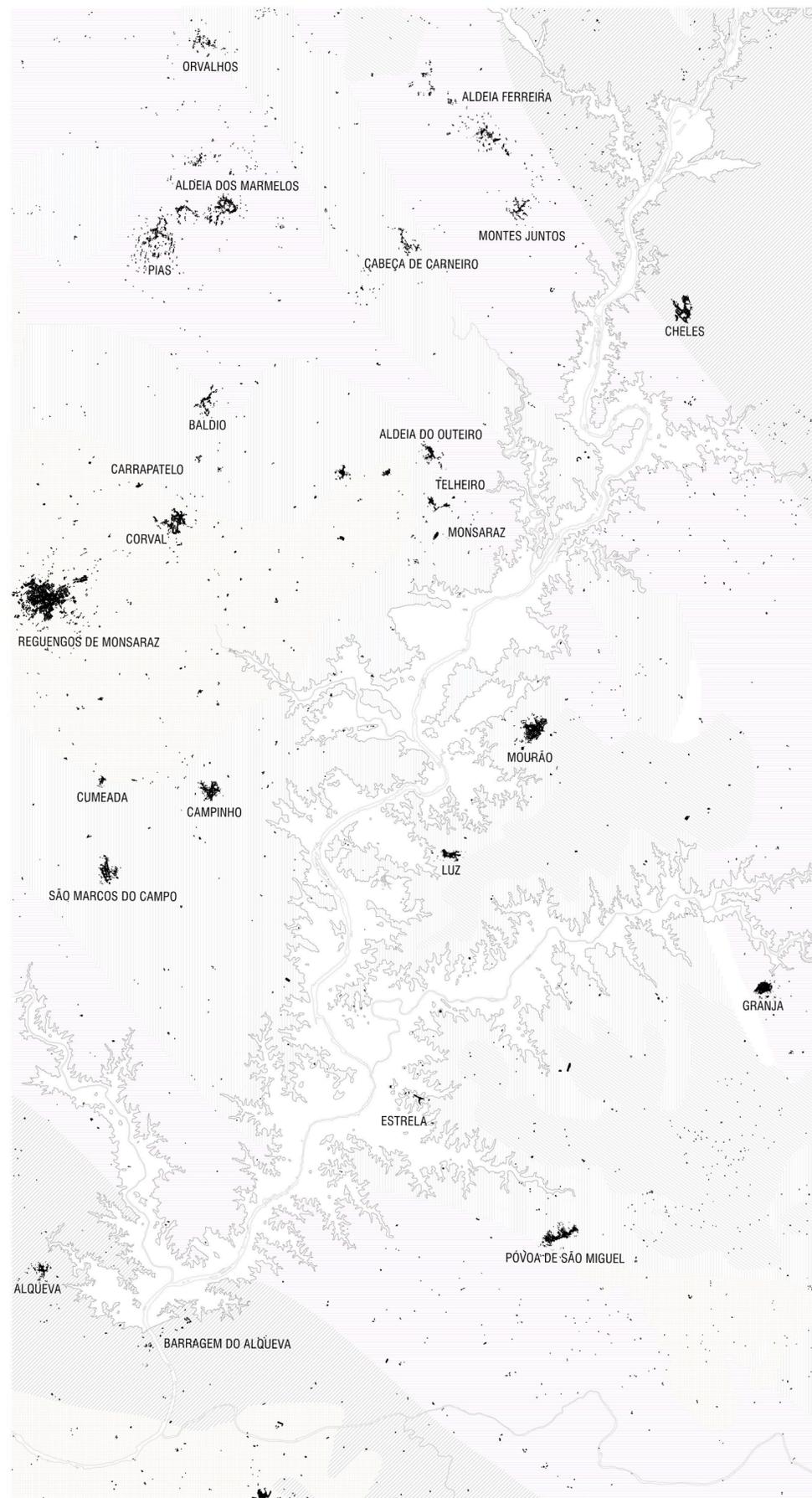
005. Vista Sul sobre a barragem de Alqueva em 2018.

⁰⁴ António Miguel Pereira Jorge Ferreira. Dados Geoquímicos de Base de Sedimentos Fluviais de Amostragem de Baixa Densidade de Portugal Continental: Estudo de Factores de Variação Regional.

Universidade de Aveiro. Departamento de Geociências, 2000.



006. Ortofotomapa - Introdução do lago de Alqueva em 2002.



007. Carta Geológica do Território de Alqueva.



05 INE. Estatísticas Agrícolas. 2010.

06 Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão. Diário da República, 1.a série - n. 150 - 4 de Agosto de 2006; resolução do conselho de Ministros n.94/2006

1.2 Sistema Hídrico

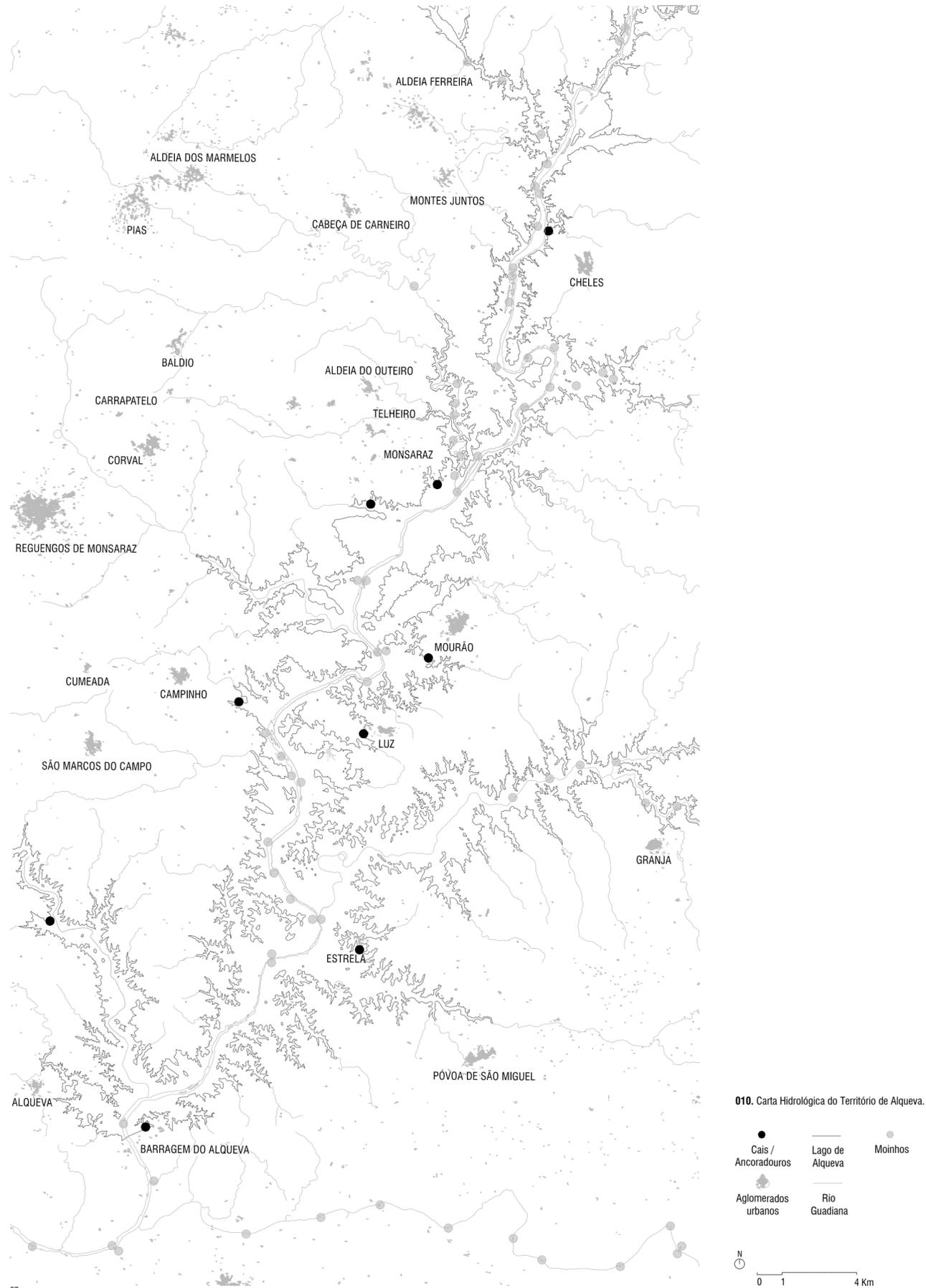
O lago encontra a sua cota máxima 152.5m e mínima 132.5m, desenvolvendo-se no sentido do Rio Guadiana Norte/Sul percorrendo grande parte da fronteira com Espanha. Insere-se no plano especial de ordenamento do território aprovado em 2002,⁰⁶ nos termos da legislação em vigor possui um regulamento administrativo a que se devem ajustar todos os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, bem como os programas e projetos, de iniciativa pública ou privada. Na sua área de intervenção, aplica-se uma planta de síntese constituída pelos planos de água, ilhas e zonas de proteção. Define a localização de usos preferenciais em função dos respetivos regimes de gestão e Planta de condicionantes, assinalando as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor.

A Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, desenvolveu o sistema global de Rega dividido em três subsistemas, ao encontro das diferentes origens da água, o Alqueva, Ardila e Pedrogão. O Alqueva desenvolve-se a partir da Estação Elevatória dos Álamos, que permite encaminhar a água para as diversas albufeiras, as quais garantem a distribuição a todo o subsistema. Também surge a criação de reservatórios de regularização e um sistema adutor que garante o transporte de água a infraestruturas secundárias para rega, no caso da região de Moura e Serpa envolve uma área total regada de 30 000 ha de aproveitamento hidroagrícola.⁰⁷

Entre afluentes e subafluentes do rio Guadiana encontram-se estruturas hidráulicas, os antigos moinhos de água, com a função de moagem do cereal desde o século XVIII. Foram construídos para suportar a violência das águas do rio e que por vezes se encontravam submersos durante meses. São implantados distantes dos núcleos populacionais em lugares de grande beleza, espaços de um carácter lúdico em que o convívio entre pessoas era prezado, moleiros e outras quaisquer pessoas se entretinham (comiam peixe do rio, caldeirada, queijo, bebiam vinho, etc). Nas atividades ligadas aos moinhos encontrava-se o moleiro com a participação dos membros da sua família onde é característico os casos em que este trabalhava por conta própria e normalmente habitava numa casa junto ao moinho, particularmente quando se encontravam muito longe dos aglomerados urbanos, na sua maioria quase todos dispunham de uma construção anexa, chamada de monte.⁰⁸



008. O Moinho dos Clérigos. Reguengos de Monsaraz em 1890/1920.
009. O moleiro e família a atravessar o rio Guadiana. Alandroal nos anos 1950.



⁰⁷ Sistema de infraestruturas do Alqueva. Disponível em: <http://www.edia.pt/pt/q-que-e-o-alqueva/finis-multiplos/104>

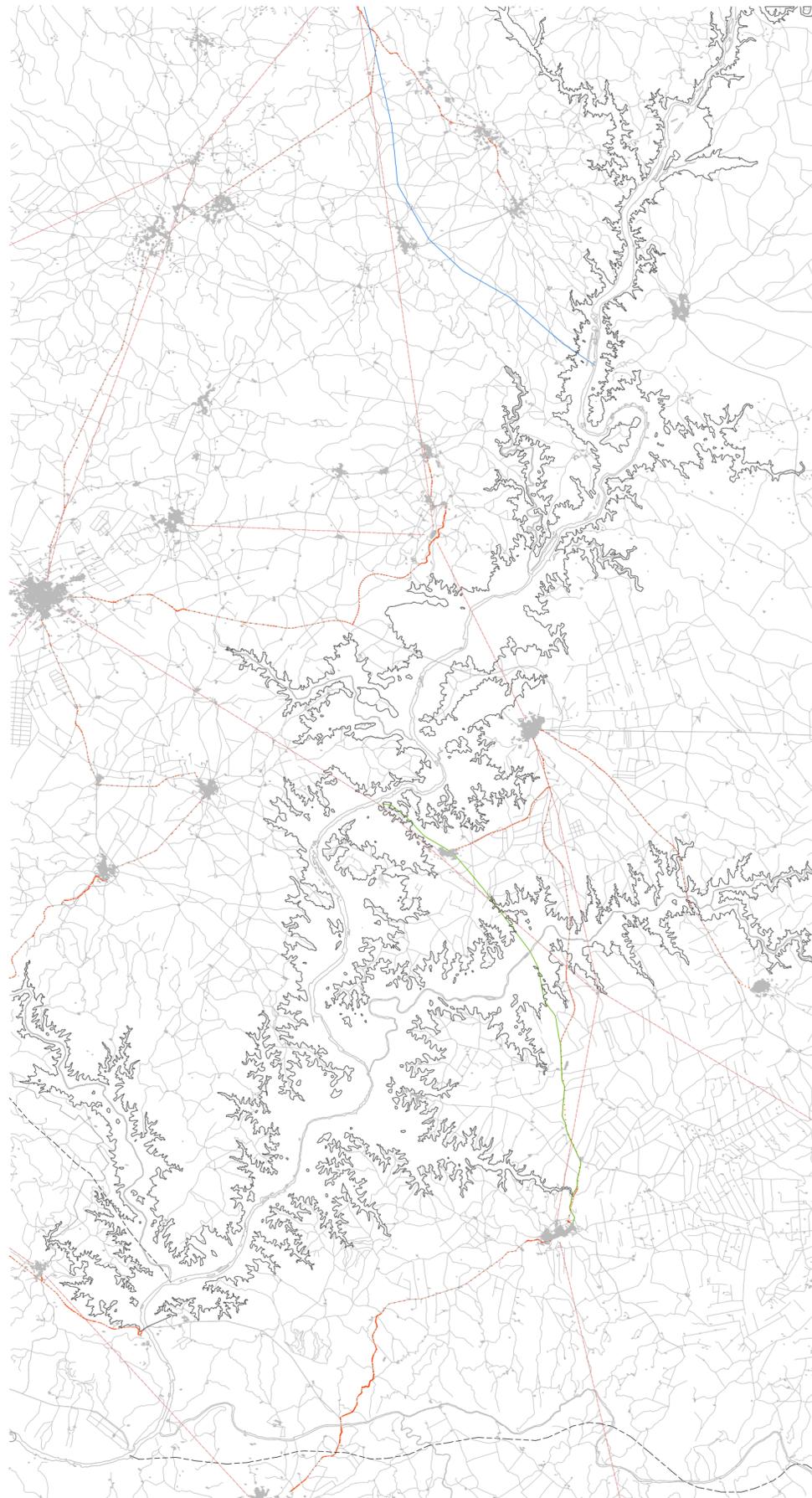
⁰⁸ Carlos Dias. Moinhos de água do Guadiana: sem proteção só restam ruínas. Público, (Novembro de 2016). Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/11/07/local/noticia/moinhos-de-agua-do-guadiana-patrimonio-que-nao-esta-classificado>

Síntese cronológica da história hidráulica:⁰⁹

1920	Primeiros levantamentos para o Alqueva no rio Guadiana, perto da aldeia da Luz.
1930-1970	Idade de ouro grande hidráulica (rega e depois eletricidade). Controlo da natureza. Progresso.
1955	O ministro das Obras Públicas (Arantes e Oliveira, ditadura de Salazar) ordena o início dos estudos do Plano de Rega do Alentejo, que inclui o estudo da bacia hidrográfica do Guadiana.
1957	O Plano de Rega do Alentejo prevê a barragem de Alqueva.
1958	O Plano de Rega do Alentejo é finalizado.
1968	Assinatura do acordo luso-espanhol sobre jurisdição das bacias hidrográficas comuns pelos ditadores. O Guadiana torna-se na principal fonte de água do Plano de Rega e Armazenamento Público.
1970	Primeiras dúvidas quanto à pertinência da água em todos os espaços geográficos a qualquer custo.
1973	Marcelo Caetano abre um concurso público para adjudicação a uma empresa da obra de Alqueva.
1974	O projeto é interrompido com a Revolução de 25 Abril. Inauguração da barragem de Sainte-Croix em França (Les Salles-sur-Verdon).
1975	O Conselho de Ministros (independente) aceita a realização do projeto.
1976	A obra é retomada por uma resolução do 1º Governo Constitucional.
1978	O Governo de transição (independente), dirigido por Nobre da Costa, anula as decisões anteriores e os compromissos internacionais. Suspensão do projeto para realização de novos estudos. Interrupção das obras. Em causa está sobretudo o custo da água para a rega.
1980	O estaleiro é abandonado. A única vantagem visível é a estrada que liga Moura a Portel. Em Outubro, Sá Carneiro (AD – Aliança Democrática) promulga uma resolução que determina a reabertura do estaleiro e o retomar dos trabalhos da barragem; defende-se que a produção de energia e o armazenamento de água para as populações justificam em si a validade do projeto. A resolução é ignorada por completo após a sua morte, no dia 4 de Dezembro.
1981	Publicação do Livro Negro de Alqueva (PPM).
1982	Publicação do Livro Alqueva, a Grande Barragem.
1984	O primeiro ministro Mário Soares aprova uma resolução para que a EDP proceda à reanálise do projeto em matéria de produção energética.
1985	Protocolo com EDP para produção de energia.
1985	Publicação do Livro Prosseguir Alqueva para Desenvolver o Alentejo e o País.

1985-1987	Estudo de impacto ambiental.	2002	Inauguração da Barragem de Alqueva (8 de Fevereiro).
1990	Cavaco Silva, adianta que o projeto continuará se a Comunidade Europeia cofinanciar o projeto. As pressões pró-Alqueva aumentam nos dois anos seguintes devido à seca prolongada.	2002	Transferência do cemitério da aldeia da Luz (entre os dias 28 de Junho e 9 de Julho).
1992	O Fórum da Terra no Rio preconiza o desenvolvimento sustentável e a participação pública.	2002	Início da mudança da aldeia da Luz (a partir de 18 de Julho). Deslocação concluída em dois meses.
1992	A Comissão Europeia encomenda a um luso-belga um estudo sobre a viabilidade e o impacto de Alqueva.	2002	Inauguração oficial da nova aldeia da Luz por Durão Barroso (29 de Novembro).
1992	Comissário europeu Bruce Millan visita o local da barragem e admite a possibilidade de um cofinanciamento da Comunidade Europeia "se a sua indispensabilidade para o desenvolvimento do Alentejo for provada".	2013	Irrigação de 68 000 hectares dos 122 240 previstos. Produção elétrica de 512 Mw para uma capacidade de 381 Gwt.
1992	Na cimeira de Edimburgo, o Conselho Europeu aprova a duplicação dos fundos estruturais para a região. O Governo acelera os estudos sobre o Alqueva.	2025	Final previsto da instalação da rede de rega.
1993	O Governo faz do projeto inicial a principal "ação de reequilíbrio" do Plano de Desenvolvimento Regional.		
1993	A Comissão Europeia continua a ter dúvidas sobre o impacto ambiental e agrícola do projeto.		
1994	O PDR é assinado em Lisboa e o Alqueva pode avançar. É inscrito no projeto do 2º Quadro Comunitário de Apoio.		
1994-1995	Estudo integrado de impacto ambiental.		
1995	Aceitação definitiva do projeto de Alqueva pelo governo de António Guterres. As pressões pró-Alqueva aumentam nos dois anos seguintes devido à seca prolongada.		
1995	Criação da Empresa de Desenvolvimento das Infra-Estruturas de Alqueva (EDIA). Retomar das obras no Alqueva (primeira fase de escavações). Primeiras controvérsias a propósito da falha sísmica (falha 22).		
1996	A comissária europeia Monica Wulf-Mathies visita a zona da barragem. O governo resolve "avançar inequivocamente com o projeto de Alqueva com ou sem financiamento comunitário" (resolução do Conselho de Ministros nº 8/96). Aceitação do projeto de transferência da aldeia da Luz e de construção da central hidroelétrica de Alqueva.		
1997	Obtenção da ajuda financeira da Comissão Europeia. Integração no Quadro Comunitário de Apoio 94/99 do Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona de Alqueva (PEDIZA). Expropriação urgente dos terrenos de implantação da nova aldeia da Luz.		
1998	Início dos trabalhos no local da nova aldeia da Luz.		
1999	Construção das primeiras casas no local da nova aldeia da Luz.		

⁰⁹ Fabienne Wateau. "Querem fazer um mar...": ensaio sobre a barragem de Alqueva e da aldeia submersa da Luz. Lisboa: ICS, 1.ª edição, 2014. pp. 23-59.



012. Carta dos Itinerários de Alqueva.

Via comercial Romana	Caminhos principais	Via imperial ou legionaria
Via Pré-Romana	Rota das aldeias Ribeirinhas	Traçado do rio Guadiana
Itinerários Lusitania	Lago de Alqueva	Percursos pedestres
Aglomerados urbanos	Traçado do rio Guadiana	Curva do lago Alqueva
Caminhos principais		



1.3 Enquadramento histórico

A aldeia pertence ao concelho de Moura formado por sete localidades, cidade reconhecida desde 1232 após a ocupação de D. Sancho II. Só em 1295 inicia a pertencer à Coroa Portuguesa, sabendo-se que 1554 foi um dos maiores aglomerados populacionais com 900 fogos aproximando-se dos 3000 habitantes, no qual vem reconhecido o título de "Notável Vila de Moura". As construções características do lugar são muito concentradas em pequenos e médios aglomerados e montes isolados resultante da natureza da paisagem com herdades muito extensas e por norma afastadas.¹⁰

A aldeia da Estrela no século XVI possuía 8 fogos e 32 habitantes,¹¹ as suas casas vieram surgindo em torno à igreja construída nos finais do século, com uma única nave e capela-mor, a sua fachada principal possui um portal de verga e frontão triangular em cantaria. Já no século XIX recebe uma intervenção para ampliação da nave com pinturas no teto e paredes de 1856. É construída em alvenaria de xisto e atualmente encontra-se num estado razoável de boa conservação.¹² No início do século XX a aldeia tinha 187 habitantes, atingindo o seu auge em 1960, com 319 pessoas, que em comparação com o ano de 2004, segundo o INE verifica-se uma grande diminuição de pessoas residentes na aldeia para pouco mais de metade da população, com 119 residentes.



013. Província do Alentejo no território de Portugal Continental.



014. Localização do Concelho de Moura no distrito de Beja província do Alentejo.

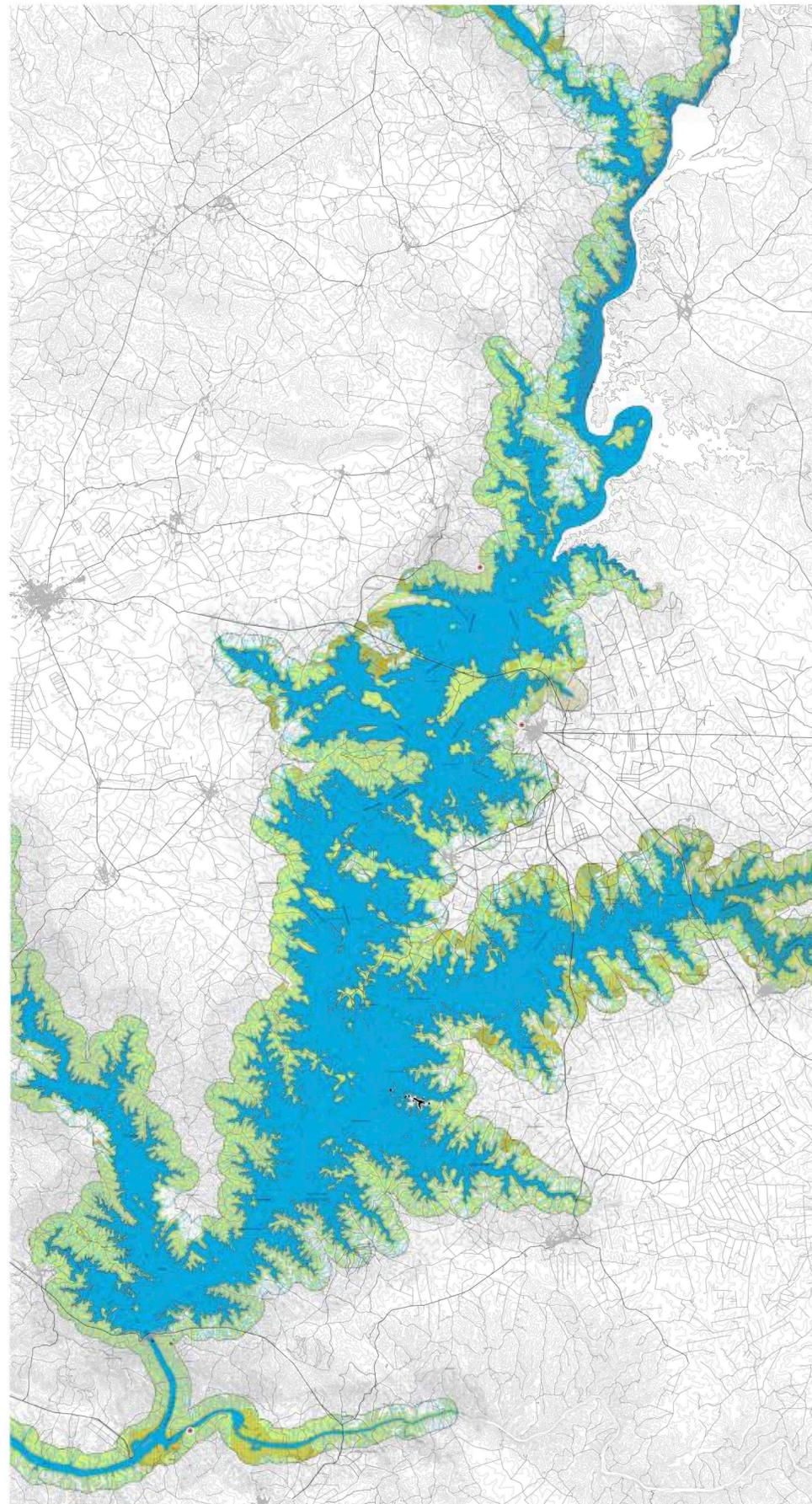


015. Concelho de Moura. Aldeia da Estrela

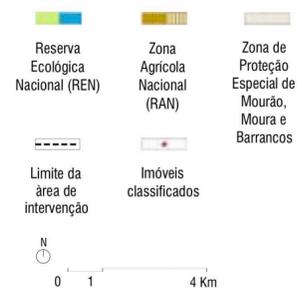
¹⁰ Francisco Keil Amaral, et al. *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa: AAP-CDN, 3ª edição, 1988. pp.01-059.

¹¹ História do Concelho de Moura. Moura, CMM. Disponível em: <http://www.cm-moura.pt/historia/>

¹² Igreja de Nossa Senhora da Estrela. DGPC. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-dopatrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/5037513/>



017. Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão (POAAP). Planta de condicionantes.



1.4 Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva

Há que mencionar a criação do Plano de Desenvolvimento Turístico da Zona de Intervenção do EFMA, em 1997 com objetivos de incentivar a criação de alojamento turístico. Acredita nas condições da aldeia numa vertente turística, a proposta verifica incentivo á criação de infraestruturas de apoio aos desportos náuticos, com o centro náutico, cais flutuante, ainda a criação de um parque de lazer com condições de estacionamento e um pequeno núcleo de residências secundárias.

O Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva (POAAP),¹⁷ foi aprovado pela resolução do Conselho de Ministros no 95/2002, de 13 de Maio. Compreende os planos de água e respetivas zonas de proteção dos municípios de Alandroal, Elvas, Portel, Reguengos de Monsaraz, Moura, Mourão, Évora, Vidigueira, Vila Viçosa e Serpa. É um Plano Especial de Ordenamento do Território, nos termos da legislação em vigor, com um regulamento administrativo e a ele se devem ajustar os Planos Municipais e Intermunicipais de Ordenamento do Território, bem como os programas e projetos, de iniciativa pública ou privada a realizar na sua área de intervenção. Aplica-se à área de intervenção identificada na planta de síntese, constituída pelos planos de água, ilhas e zonas de proteção.

Posteriormente, a necessidade de alteração do Plano Diretor Municipal de Moura em 2010,¹⁸ na adaptação e incorporação das orientações e diretrizes do modelo territorial e normas orientadoras do PDM com a entrada em vigor do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), que assume as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento regional do Alentejo. Os objetivos do PDMMA centram-se no desenvolvimento económico, social e cultural do concelho através da utilização dos recursos do território, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações e promovendo a boa gestão dos recursos do território que salvaguarde os seus valores, compatíveis com a ocupação, uso do solo e futuras transformações.

¹⁶ Maria Fernanda Carmo, Pedro Cravo. As Aldeias Ribeirinhas da Área do Regolfo da Barragem de Alqueva - uma aposta no Turismo. Aveiro, RT&D, Vol.2, 2005. pp.131-140

¹⁷ POAAP por um constituído pelo Regulamento, Planta de síntese, elaborada à escala de 1:25000, que define a localização de usos preferenciais em função dos respetivos regimes de gestão e Planta de condicionantes, elaborada à escala de 1: 25 000, que assinala as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor. Diário da República, 1.a série, N.º 150, 4 de Agosto de 2006.

1.5 Plano de Pormenor da aldeia da Estrela

Num percurso de acesso único que permite a entrada na aldeia, segundo os arquitetos, sugere-se várias questões em relação a sua transformação surgindo em 2004 a proposta para o Plano de Pormenor da Aldeia da Estrela.

Prevê-se o melhor futuro para o lugar, onde se pretende enquadrar a proposta da criação de espaços para novas actividades, uma aposta no desenvolvimento turístico da aldeia com o cruzar do território, desejo da população, como preocupação fundamental. Com incentivo da EDIA/Gestalqueva a Câmara Municipal de Moura contrata um Plano com o intuito de obter uma resposta igualmente excepcional á situação geográfica da Aldeia da Estrela e abordar uma situação exemplar de todas as aldeias com problemas semelhantes. Enquanto objetivos específicos, a definição de regras e critérios para o uso, a ocupação e a transformação do solo que permitam gerir a área objeto de plano numa perspetiva dinâmica e integrada, com base num modelo de ocupação adequado à realidade atual e que se enquadre no contexto dos objetivos gerais. A compatibilização dos diferentes usos e actividades com a proteção e valorização ambiental e as finalidades principais da albufeira, que seguem os critérios de inserção territorial, integração paisagística, qualidade urbanística e ambiental estabelecidos pelo Plano Regional de Ordenamento do território do Alentejo.¹⁹

O Plano de Pormenor da Aldeia da Estrela Plano ²⁰ é constituído por um Regulamento, Planta de Implantação, Planta de Condicionantes e Planta de Condicionantes que ocupa, usa e transforma uma área total de 26,669 ha. Na área de intervenção do Plano são excluídos a zona do depósito de água e o cemitério, bem como a parte da pequena Península a Norte, que dá acesso ao cemitério, destina-se a orientar em especificamente o futuro crescimento físico da aldeia da Estrela. O seu desenho ao longo da rua principal detém três pontos fundamentais do projeto, as pequenas Praças, na zona de chegada a Praça da Estrela, o Largo da Igreja e a Praça do Sol ou dos Ofícios. A rua principal é prolongada como uma "marginal" que procura uma circulação mais clara, com vários promontórios que avançam em direção ao lago, como no caso do promontório do Memorial, em frente ao cemitério, o da água (Piscinas Públicas), o do pontão de pesca, o das Pousadas e os dos apoios (Embarcadouros). Ainda, em torno a toda a Aldeia, a ligeira passadeira em madeira, na cota 153m, que proporciona a ciclistas como a peões um percurso sempre próximo à água. Entre o percurso e a linha non-aedificandi (30m) foi estabelecido um Parque de Ronda com zonas arborizadas, hortas e caminhos. Um espaço aberto público predominantemente vegetal que acolhe estadias e deambulações.

A Praça da Estrela, à entrada da aldeia tenciona provocar curiosidade urbana. Fazer perdurar o nome da Estrela no imaginário dos seus visitantes. Os edifícios que definem o espaço dão forma a uma estrela de cinco pontas. Agrega também o posto da GNR. Pequeno posto de informações e turismo, local de aluguer de bicicletas, centro cívico da aldeia com a biblioteca.

O Largo da Igreja propõe algumas demolições para alargar o espaço do atual do largo. É um espaço central que permite a instalação de um ponto de encontro. O Jardim Público. A nova capela mortuária junto ao cemitério, também com o objetivo de alargar o espaço da rua principal.

A Praça dos Ofícios assinala o ponto mais poente da rua principal. Dá lugar a uma estrutura para trabalhos de artesanato e ponto de venda. Dois objetivos são tidos em consideração. Ligado a actividades passíveis de ocupar e o outro passa pelo o interesse da curiosidade turística, onde se faz gerar algumas oportunidades de negócio.



¹⁸ CEDRU (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.). Estudo para a Definição de um Plano de Desenvolvimento Turístico da Zona de Intervenção do EFMA. Beja, EDIA, Vol. 1, 1997.

¹⁹ PDMMA, Regulamento do PDM de Moura. Diário da República, 2.ª série — N.º 6 — 10 de Janeiro de 2011

A ideia do aproveitamento da água do Alqueva leva à criação de um Ancoradouro de Pesca por detrás da Praça da Estrela, um longo Pontão Flutuante que se destina acolher embarcações de pesca com um armazém de apoio, parcialmente enterrado e também com posto de combustível. Uma peça que permite a própria manutenção, reparações das embarcações. Outro, será o Ancoradouro de Recreio, com um desenho circular e uma estrutura apoiada nas margens da enseada aberta a meio, reservado às embarcações de lazer. Com uma estrutura ligeira de apoios (sanitários, duchas, comércio, quiosque e café), articula-se com o promontório das pousadas, com uma capacidade para 35 embarcações. Um terceiro, o Ancoradouro de Emergência destinado a todo o tipo de embarcações. Ainda, é proposto um Pontão de Pesca Desportiva voltado a poente no extremo ocidente da península da Aldeia, que se alonga sobre a água permitindo apoiar as atividades de pesca.

Na proposta, conjuntamente, o novo recinto para touradas e espetáculos a pedido da população, que se inscreve sobre a enseada do perímetro da água da Aldeia da Estrela.

O Promontório das Pousadas entende em captar o turismo mais elevado para a aldeia na principal zona de expansão, com a instalação de um café-miradouro. A Pousada tem capacidade para 50 camas, possibilitando as várias práticas de desporto vem com o campo desportivo e balneários. Conjuntamente a Pousada Sénior que assume como uma estrutura muito mais ligeira, com capacidade de um máximo de 12 quartos duplos.

A parte do Memorial fica numa plataforma recolhida olha a Norte próximo do antigo local do cemitério que foi submerso, um sítio pretende apelar à memória coletiva.

No promontório das piscinas, com duas piscinas, uma interior outra exterior, onde também é proposto aulas de canoagem e actividades náuticas.

O bar do Pôr-do-Sol e ainda na zona de expansão habitacional, se propõe complementar a rua existente com duas tipologias de ocupação. Primeiro de habitação de dois pisos e na segunda, casas de um único piso. Com cerca de 200 m² no promontório vizinho algumas tipologias de casa-pátio.

Os Setores de Execução do Plano proposto dizem respeito, ao Setor 1 que integra a Unidade A que corresponde a zona mais consolidada e central da Estrela, ou seja, o novo "centro" com novos equipamentos públicos de apoio direto à Igreja e toda a Aldeia. O Setor 2 que diz respeito à restante zona da Aldeia, na qual se pretende a valorização urbana do conjunto já edificado, através de retificações, alinhamentos, reconstruções ou preenchimento de "vazios". O Setor 3 abrange a zona de expansão da Aldeia onde se encontra as novas habitações assim como à criação de novos equipamentos públicos ou de interesse público, compreende as Unidades B, C, D, E, F, G, H, I e J.



019.Planta de implantação do Plano de Pormenor da aldeia da Estrela, 2012.

²⁰ Manuel Graça Dias, Egas José Vieira, et al. Plano de Pormenor da Aldeia da Estrela. Moura, Contemporânea, 2004-2013.